

CARTA DA BAÍA DE GUANABARA

CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, A MARINHA DO BRASIL, A SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO E AS ORGANIZAÇÕES E PARCEIROS SIGNATÁRIOS

Esta Carta de Intenções confirma o interesse comum entre os órgãos e organizações e instituições acima listados de buscar uma cooperação impactante que possibilite o desenvolvimento de ações que contribuam para a reversão do atual quadro de poluição da Baía de Guanabara.

Reconhecendo a relevância da adoção de ações inovadoras e imediatas para contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas, especialmente do Objetivo 14 - ODS14 - que, dentre as suas metas, prevê o estabelecimento de uma forma sustentável de gerência, a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros e a adoção de medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

Conscientes da importância da recuperação do ecossistema da Baía de Guanabara, bem como a sua relevância para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no tocante, dentre outros, a saúde, segurança da navegação e turismo da região e que tais iniciativas poderão contribuir mais para promover significativos progressos nessas áreas.

Compreendendo que a melhoria das condições de saneamento básico dos municípios no entorno da Baía de Guanabara deve ser uma prioridade, pois, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, em 2015, apenas 83% dos brasileiros eram atendidos com abastecimento de água tratada, 50% da população tinha acesso à coleta de esgoto e apenas 42% do esgoto do país era tratado e, portanto, grande parte dos esgotos vai diretamente para os rios e, conseqüentemente, para o oceano.

Considerando que o Ministério do Meio Ambiente elegeu como prioridade as ações em defesa da Qualidade Ambiental Urbana, e, dentre elas, o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar.

Entendendo que a proteção ao meio ambiente precisa de suporte legislativo para o seu correto planejamento e execução, carecendo de abrigo na pauta parlamentar.

Afirmando que o Brasil deve perseguir a meta do ODS6, até 2030, e melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas.

Ressaltando a proximidade do início da “Década dos Oceanos” (2021-2030), momento oportuno para o registro dos compromissos fundamentais para ampliação da cooperação, nacional e internacional, e busca de fontes de financiamento imprescindíveis para a condução dos projetos na área ambiental.

Constatando que embora cerca de 3 bilhões de pessoas dependam da biodiversidade costeira e marinha para suas necessidades básicas e que os oceanos são responsáveis por absorver aproximadamente um terço do gás carbônico produzido por humanos, cientistas ainda não conseguiram avaliar consistentemente os efeitos cumulativos das atividades do homem sobre os oceanos, como as conseqüências da poluição, do aquecimento e da acidificação.

Convencidos que o lixo no mar ocupa posição de destaque no crescente processo de degradação da saúde dos oceanos e que o lixo antropogênico, principal poluidor encontrado nos oceanos, não

tem sua origem em atividades marítimas, como navios, embarcações de recreação e pesca, são provenientes do continente, levados por rios que atravessam locais que não apresentam uma coleta eficiente de lixo e esgoto.

Proclamamos esta Carta de Intenções, unindo-nos em um espírito de renovada vontade política e compromisso com o Brasil.

Histórico da iniciativa

O primeiro encontro ocorreu a bordo do Rebocador Laurindo Pitta, em 15 de setembro de 2018, e reuniu parte dos atuais partícipes. A proposta original era de reunir pessoas com competência e conhecimento sobre o assunto visando o estreitamento de laços e de parcerias, com a finalidade de se discutir e de divulgar a situação atual da Baía de Guanabara e seu ecossistema.

Diversos conceitos apresentados no primeiro encontro serviram como base para a construção desse documento. O presente evento confirma o interesse dos partícipes na criação de uma agenda permanente e positiva para discussão, implementação de iniciativas, ações concretas e para o acompanhamento das mesmas, objetivando a despoluição da Baía de Guanabara.

Compromissos

No Brasil, o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), conduzido no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), tem, entre seus objetivos, a conservação e o uso sustentável dos oceanos.

Desta forma, o X PSRM, a vigorar no período de 2020 a 2023, incluirá ações voltadas para redução do lixo no mar e na conscientização da população para esse problema. Uma das iniciativas vislumbradas é o desenvolvimento de atividades em áreas cênicas que tenham grande apelo junto à sociedade, tais como a Baía da Guanabara.

Acrescenta-se a isso, o Plano de Ação Nacional para o Combate ao Lixo no Mar, no âmbito do Gerenciamento Costeiro; e os Projetos Escola no Mar – PROEMAR e o Projeto de Gratuidade de Cursos – PGC, desenvolvidos de forma voluntária e gratuita, pela Fundação de Estudos do Mar – FEMAR, que colaboram para difundir a mentalidade marítima no Brasil.

O Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, apoiará projetos ambientais voltados à recuperação de áreas degradadas da região, além de cooperar com iniciativas do nível estadual e municipal para regularização do saneamento básico dos municípios do entorno da Baía de Guanabara.

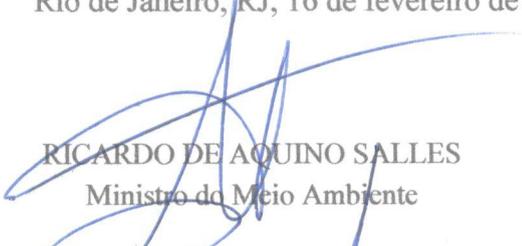
A Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Governo Estadual do Rio de Janeiro envidará esforços para a retomada do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM) garantindo à população o acesso a este serviço essencial para sua saúde e qualidade de vida, por meio da construção de sistemas de esgotamento e apoio a elaboração dos planos de saneamento dos municípios atendidos pelo programa.

A Marinha do Brasil, Autoridade Marítima Brasileira, intensificará sua atuação na fiscalização da Baía de Guanabara com o propósito de prevenir a poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio, contribuirá na conscientização da população sobre a questão e apoiará, a CIRM, na implementação de projeto específico no âmbito do PSRM.

As organizações e instituições que assinam este documento se comprometem em intensificar ações para fortalecer a educação ambiental e a conscientização da importância do tema para a

população do Estado do Rio de Janeiro e encorajar o aumento de participantes relevantes a causa ambiental.

Rio de Janeiro, RJ, 16 de fevereiro de 2019.



RICARDO DE AQUINO SALLES

Ministro do Meio Ambiente



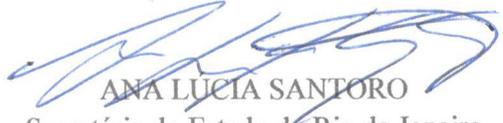
LEONARDO PUNTEL

Almirante de Esquadra
Diretor-Geral de Navegação



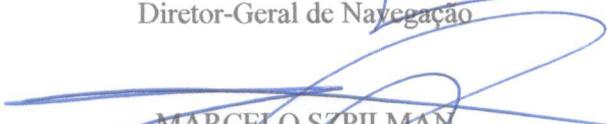
JOZIEL FERREIRA CARLOS

Deputado Federal



ANA LUCIA SANTORO

Secretária do Estado do Rio de Janeiro



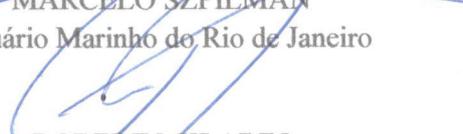
MARCELO SZPILMAN

Aquário Marinho do Rio de Janeiro



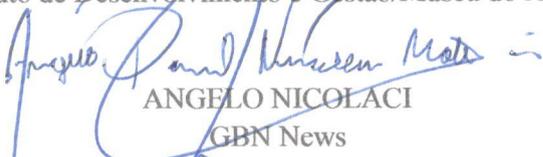
RICARDO PIQUET

Instituto de Desenvolvimento e Gestão/Museu do Amanhã



ROBERTO KLABIN

Fundação S.O.S Mata Atlântica



ANGELO NICOLACI

GBN News



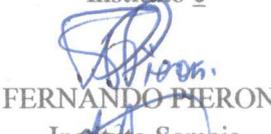
NINA A. BRAGA

Instituto e



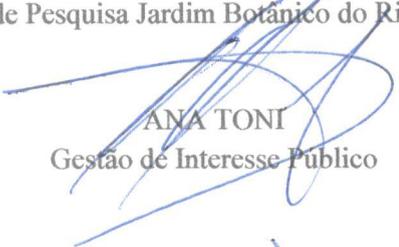
SERGIO BESSERMAN VIANNA

Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro



FERNANDO PIERONI

Instituto Semeia



ANA TONI

Gestão de Interesse Público



RAUL PINHO

Instituto Trata Brasil